



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria do Pleno

TCE/MT
Fls. 1
Rub. _____

Processo nº 3.459-2/2004
Interessado TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
Assunto Instrução Normativa nº 02/2004 - Regulamenta a Resolução nº 01/2003, quanto ao controle e forma de encaminhamento, pelos órgãos estaduais e municipais, dos atos de concessão e prestação de contas dos incentivos e benefícios fiscais ou transferências de créditos fiscais.
Relator Nato CONSELHEIRO ARY LEITE DE CAMPOS
Sessão de Julgamento 17.02.2004

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, de 17 de fevereiro 2004

Regulamenta a Resolução nº 01/2003, quanto ao controle e forma de encaminhamento, pelos órgãos estaduais e municipais, dos atos de concessão e prestação de contas dos incentivos e benefícios fiscais ou transferências de créditos fiscais.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições constitucionais e legais, tendo em vista os artigos 46, parágrafo único e 47 “**caput**” da Constituição Estadual e o Poder regulamentador para expedir atos e instruções normativas sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, conferido pelo artigo 4º da Lei Complementar nº 11, de 18/12/2001, e, ainda, a necessidade de regulamentar a aplicação das determinações contidas na Resolução nº 01/2003, deste Tribunal,

RESOLVE:

Da Criação dos Benefícios Fiscais

Art. 1º - Na elaboração do demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrentes da concessão de benefícios, anexo ao projeto de lei orçamentária, exigido pelo § 6º do artigo 165, da Constituição Federal, e a lei orçamentária, como dispõe o inciso II do artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000, deverá ficar demonstrada, com clareza, a metodologia de cálculo utilizada na estimativa dos valores, de maneira a fornecer consistência aos valores estimados.

Art. 2º - A concessão de subsídio, isenção e anistias, remissões, alterações de alíquotas, redução da base de cálculo, concessão de crédito presumido de qualquer tributo, devem ser concedidas por **lei específica**, estadual ou municipal, nos termos do § 6º do artigo 150 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – as concessões de benefícios e incentivos fiscais de ICMS, resultantes de isenções, redução da base de cálculo, devolução total ou parcial de tributo, créditos presumidos, ou outros incentivos concedidos, dos quais resultem redução ou eliminação, direta ou indireta do respectivo ônus, além do cumprimento da exigência contida no artigo 2º desta, deverão ser precedidas de **convênios** celebrados e ratificados pelos Estados, ratificados



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria do Pleno

TCE/MT
Fls. 2
Rub. _____

por **decretos do Poder Executivo**, a fim de atender ao disposto no artigo 1º, artigo 4.º e § 2.º do artigo 12 da Lei Complementar n.º 24/75.

Art. 3º - A lei que instituir qualquer benefício fiscal, enumerado no dispositivo anterior, deverá estabelecer, obrigatoriamente:

- I - o nome do órgão responsável pela sua gestão;
- II - a finalidade do benefício criado;
- III - os critérios para sua concessão e para manutenção do benefício;
- IV - o prazo de duração do benefícios;
- V - a periodicidade e o nome do órgão responsável pela reavaliação da conveniência da continuidade do mesmo;
- VI - a obrigatoriedade do órgão gestor adotar formalmente instrumentos para o controle das concessões e da mensuração do atendimento da finalidade proposta;
- VII - o prazo para que a eficácia do benefício seja mensurada;
- VIII - o atendimento ao disposto no artigo 14, incisos e parágrafos, da Lei Complementar n.º 101/2000.

Parágrafo Único – Para as concessões de benefícios ou incentivos tributários, constituem parte integrante da lei, os demonstrativos exigidos pelo artigo 14, *caput* e incisos I ou II da Lei Complementar n.º 101/2000.

Do controle

Art. 4º - As concessões dos benefícios referidos nesta Instrução, serão objetos de controle, por parte do órgão responsável pela sua gestão, cuja especificidade dependerá da natureza seguinte:

I - Tratando-se dos benefícios, cuja condição para obtê-los exija prévio cadastramento e credenciamento, por parte dos interessados, o órgão responsável pela sua gestão deverá adotar mecanismos de controle mensal, visando obter informações, por segmento, relativas à quantidade de benefícios concedidos, nome dos beneficiários, tipo de benefício concedido, valor efetivo da renúncia de receita dele decorrente, a identificação da sua finalidade, bem como instrumentos para mensuração do resultado alcançado, relativo a sua finalidade, no prazo definido na lei de criação.

II – No caso de benefícios fiscais concedidos sem a exigência de credenciamento ou cadastramento prévio do interessado, o controle mensal será exercido pela Secretaria de Fazenda Estadual ou Municipal responsável pela sua gestão, abrangendo os mesmos tipos de informações descritas no inciso anterior, porém, agrupadas por benefícios, originados por uma mesma lei instituidora, sem a necessidade da descrição nominal dos beneficiários.

§ 1º - Para a efetivação do controle mensal descrito no inciso II deste artigo, deverá o órgão responsável exigir dos contribuintes, como obrigação acessória, o preenchimento de formulários próprios por ele adotados, visando a obtenção dos dados necessários, bem como a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria do Pleno

TCE/MT
Fls. 3
Rub. _____

criação de campos exclusivos, nas declarações de apuração do ICMS, contendo informações dos valores contábeis relativos às entradas e saídas com isenção, não tributadas, com redução de base de cálculo, diferidas, créditos presumidos, transferências de crédito e incentivos culturais

§ 2º - Para a avaliação do resultado alcançado, os órgãos gestores dos benefícios, mencionados nos incisos I e II deste artigo, deverão adotar, previamente, modelos de instrumentos e critérios aplicáveis a cada situação, que possibilitem a obtenção de dados junto ao beneficiário, mediante a exigência do encaminhamento periódico, por esse último, de relatório contendo as informações que atendam essa finalidade.

Art. 5º - Os valores da receita efetivamente renunciada no exercício, decorrente de todos os benefícios fiscais concedidos, deverão ser demonstrados anualmente, em anexo específico ao Balanço Geral do Estado e de cada Município, utilizando a metodologia de cálculo adotada como padrão, pela Secretaria da Fazenda Estadual ou Municipal, órgão responsável para formular e executar as políticas tributárias e financeiras sob a sua jurisdição.

Do acompanhamento

Art. 6º - Para fins de cumprimento das determinações contidas na Resolução n.º 01/2003, deste Tribunal, deverão os órgãos da administração pública estadual e municipal, encaminhar a esta Corte, respectivamente, o seguinte:

I - Órgãos responsáveis pela **instituição** dos benefícios aqui mencionados:

a) a lei de criação do benefício fiscal e os demonstrativos exigidos pelo artigo 14 *caput* e incisos I ou II da Lei Complementar n.º 101/2000 e, no caso de referirem-se a ICMS, também, os convênios e decretos mencionados no parágrafo único do artigo 2º desta Instrução, no prazo de 10 dias da sua assinatura, nos termos do artigo 1.º da Resolução n.º 01/2003 ;

Parágrafo único – Os instrumentos responsáveis pelas instituições de benefícios, formalizados desde 2002, também deverão ser encaminhados a este Tribunal, no prazo de 10 dias da sua publicação, exigida pelo artigo 3º, da Resolução n.º 01/2003, deste Tribunal.

b) o demonstrativo dos valores da renúncia de receita efetivamente verificada no exercício, obtidos através da metodologia de cálculo mencionada no artigo 5º desta Instrução, , juntamente com a prestação de contas anual, no prazo estipulado no inciso X do artigo 66, para o Governo Estadual e no § 1º do artigo 209, para os Municípios, ambos da Constituição Estadual.

II - Órgãos **gestores** dos benefícios mencionados no artigo 4º desta Instrução, observada a especificidade mencionada em seus incisos:

a) o instrumento adotado para o controle mencionado nos incisos I e II, do artigo 4º, contendo informações bimestrais, por segmento, relativas à data da concessão, quantidade de benefícios concedidos, nome dos beneficiários, tipo de benefício concedido, valor estimado da renúncia de receita dele decorrente e a identificação da sua finalidade, no prazo, de, até 15 dias do



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria do Pleno

TCE/MT
Fls. 4
Rub. _____

segundo mês subsequente ao encerramento de cada bimestre.

b) o relatório mencionado no § 2º do artigo 4º, desta Instrução, contendo informações relativas ao atendimento da finalidade proposta na referida lei, após 30 dias do encerramento do prazo para a mensuração da eficácia do benefício, cuja data deverá estar estipulada na respectiva lei instituidora. No caso de mensuração dos resultados abranger atividades realizadas em mais de um exercício, as informações deverão discriminá-las por período.

Parágrafo Único – a obrigatoriedade do encaminhamento dos documentos mencionados neste inciso, se estende para os benefícios concedidos desde 2002, conforme disposto no artigo 3º da Resolução n.º 01/2003, deste Tribunal.

Da autuação, instrução e julgamento dos benefícios

Art. 7º - Os documentos referidos no artigo anterior, após protocolizados neste Tribunal, deverão ser autuados e distribuídos, nas formas dispostas nos artigos 92 e 94 da Resolução n.º 02/2002, e encaminhados à Inspeção Geral, que remeterá os processos à Inspeção Seccional de Projetos e Programas Especiais do Estado e Municípios, para a instrução do mesmo, e, após, deverão ter a tramitação estabelecida no artigo 94 e parágrafos, e observar os princípios estabelecidos nos artigos 95, 96 e 97 da mesma Resolução.

§ 1º – Os documentos serão autuados em processo único, por programa, durante um exercício e abrangerá a lei instituidora e os documentos de controle mencionados nos incisos I e II do artigo 6º desta Instrução e representam a prestação de contas dos atos, mencionada no parágrafo único do artigo 1º, da Resolução n.º 01/003.

§ 2º - Para os benefícios que não resultem em programa, os documentos serão autuados em processo único, por tipo de benefício, abrangendo os mesmos documentos mencionados no § 1º deste artigo.

Art. 8º - Na instrução dos processos presidida pelo Conselheiro Relator, a Inspeção Seccional referida no artigo anterior deverá proceder a **análise** dos documentos, obedecendo ao disposto no artigo 95 da Resolução n.º 02/2002, deste Tribunal, de acordo com a natureza do processo, **observando** o cumprimento dos prazos mencionados no artigo 6º e, ainda, o seguinte:

I - Instrumento de **instituição** do Benefício:

a) se o benefício fiscal foi criado por lei específica, conforme dispõe o § 6º do artigo 150 da Constituição Federal, e se constam da mesma as informações referidas no artigo 3º desta Instrução;

b) no caso de benefício tributário, relacionado ao ICMS, além da lei, se foi precedido do convênio e decretos, de que tratam o art. 1º, artigo 4.º e § 2º do artigo 12 da Lei Complementar n.º 24/75;

c) se o benefício fiscal instituído constou do demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita, constante do Anexo de Metas Fiscais da LDO, exigido pelo artigo 4º, § 2º, inciso V, e do anexo da LOA, mencionado no inciso II, do artigo 5º, todos da Lei Complementar



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria do Pleno

TCE/MT
Fls. 5
Rub. _____

n.º 101/2000;

d) tratando-se de benefício tributário, verificar também se o instrumento de criação veio acompanhado dos seguintes anexos:

- 1 - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deve iniciar a sua vigência e nos dois seguintes, nos termos do *caput* do artigo 14 da Lei Complementar n.º 101/2000;
- 2 - demonstração de que a renúncia da receita dele decorrente foi considerada na estimativa da receita orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstos no anexo da LDO, como dispõe o inciso I, do artigo 14, da Lei Complementar n.º 101/2000, ou,
- 3 - caso ausente o demonstrativo acima, informação das medidas de compensação, para o exercício em que o benefício deva entrar em vigência e nos dois seguintes, nos termos do inciso II, do artigo 14, da Lei Complementar n.º 101/2000.

Parágrafo Único – No caso de os instrumentos responsáveis pelas criações de benefícios terem sido formalizados antes da vigência desta Instrução, como previsto no parágrafo único, alínea a, inciso I, artigo 6º, desta Instrução, a análise da sua legalidade não levará em conta as formalidades exigidas no artigo 3º desta, devendo ser observado, apenas, o atendimento ao disposto no § 6º do artigo 150 da Constituição Federal, ao artigo 1º, artigo 4.º e § 2.º do artigo 12 da Lei Complementar n.º 24/75 e artigo 4º, § 2º, inciso V, artigo 5º, inciso II e artigo 14, incisos I e II, todos da Lei Complementar n.º 101/2000.

II - Instrumentos de **controle das concessões e avaliação de resultado**:

- a) se os benefícios discriminados no demonstrativo anual, encaminhado juntamente com o Balanço Geral de cada órgão responsável pela sua instituição, constaram da LDO e da Lei Orçamentária do Estado ou Município e se foram criados por lei específica, nos termos mencionados no artigo 2º desta Instrução.
- b) se o instrumento adotado para o controle bimestral, mencionado no artigo 6º, inciso II, alínea a, desta Instrução, contém as informações desse período, exigidas naquele dispositivo.
- c) se o relatório de que trata o artigo 6º, inciso II, alínea b, desta Instrução, contendo os dados e informações relativos ao atendimento da finalidade proposta na lei que instituiu o benefício, demonstra, com clareza, que o resultado foi alcançado.

Parágrafo Único – A observância aos dispositivos referidos nas alíneas a, b, e c do inciso II deste artigo, se estende ao controle das concessões de benefícios formalizados desde 2002, nos termos do artigo 3º da Resolução n.º 01/2003, deste Tribunal.

Art. 8º - De posse do documento mencionado na alínea b, inciso II do artigo anterior, a Inspeção Seccional deste Tribunal, responsável pela instrução do processo, nos termos dispostos no artigo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria do Pleno

TCE/MT
Fls. 6
Rub. _____

7º, poderá selecionar, pelo método de amostragem, algumas concessões de benefícios, a fim de serem requisitadas informações complementares ou verificadas *in loco*, no sentido de confirmar o atendimento das formalidades legais, para a obtenção do benefício pelo contribuinte.

Art. 9º - Instruído o processo pelo setor competente, nos termos estabelecidos no artigo anterior, as ilegalidades e irregularidades deverão ser destacadas na informação, dando ênfase ao atendimento da eficácia, eficiência e economicidade da gestão dos benefícios e aos autos será dada a tramitação estabelecida nos §§ 1º a 5º do artigo 94, da Resolução n.º 02/2002.

Parágrafo Único – Tendo conhecimento de instituição e ou concessão de benefícios fiscais, cujos documentos mencionados no artigo 6º, incisos I e II desta Instrução não foram encaminhados a este Tribunal, pelos órgãos responsáveis, deverá a Inspetoria Seccional de Projetos e Programas Especiais do Estado e Municípios elaborar Representação relatando a ocorrência, a qual, após devidamente autuada, será dada a tramitação normal estabelecida no artigo 94 e parágrafos, da Resolução n.º 02/2002, deste Tribunal, para as providências cabíveis.

Art. 10º - O julgamento da legalidade dos atos de instituição e concessão dos benefícios referidos nesta Instrução Normativa será feito pelo Tribunal de Contas, nos termos do artigo 193, da Resolução n.º 02/2002, deste Tribunal, cabendo, em caso de descumprimento das normas aqui referidas, a aplicação das multas previstas no artigo 61, da Lei Complementar n.º 11/91 e as sanções previstas no artigo 10, inciso VII e artigo 12, inciso II, da Lei Federal n.º 8.429/92.

Art. 11º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 17 de fevereiro de 2004.

Conselheiro ARY LEITE DE CAMPOS – Presidente

Conselheiro UBIRATAN SPINELLI

Conselheiro ANTÔNIO JOAQUIM

Conselheiro JOSÉ CARLOS NOVELLI - Vice-presidente

Conselheiro VALTER ALBANO



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DE MATO GROSSO**

Secretaria do Pleno

TCE/MT
Fls. 7
Rub. _____

Conselheiro JÚLIO CAMPOS - Corregedor Geral

Procurador de Justiça dr. MAURO DELFINO CÉSAR

HNS